

Juiz defende fim da imunidade

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DIZ QUE A IMUNIDADE É O MAIOR OBSTÁCULO PARA PUNIR CONGRESSISTAS CORRUPITOS

O desembargador Antônio Carlos Amorim, 63 anos, presidente do Tribunal de Justiça do Rio, propõe à sociedade uma cruzada para derrubar a imunidade parlamentar, o maior obstáculo para a punição de congressistas envolvidos em corrupção. Na Itália, isso foi conseguido depois de iniciada, por pressão dos juizes, a Operação Mãos Limpas. Três desses juizes estiveram no Brasil a convite de Amorim, para falar da experiência italiana de combate à corrupção. Considerado "mão pesada", Amorim tem expressiva folha de serviços. Entre suas últimas condenações estão os acusados do caso Bateau Mouche e a gangue carioca Hell's Angels.

“O CONGRESSO SE ATRIBUIU FUNÇÕES QUE SE ASSEMBELHAM ÀS DO PODER JUDICIÁRIO”

Amorim integrou o colegiado que condenou o juiz Nestor do Nascimento, acusado de fraudes contra o INSS. E deu grande apoio à juíza Denise Frossard, que mandou para a prisão a cúpula do jogo do bicho do Rio. Nesta entrevista a Valdir Sanches, ele diz que a Constituição dá força aos juizes para punir corruptos, sustenta que parlamentares deveriam ser julgados por juiz comum e não pelo Supremo Tribunal Federal. Ele também defende o fim de privilégios como prisão especial.

JT — Integrantes da CPI têm dito que a auto-investigação no Congresso é muito difícil, porque um órgão mais fraco, a CPI, investiga um mais forte, o Congresso. Na Itália há esse problema?

Antônio Carlos Amorim — Essa parte da Constituição, que dá o poder investigatório à CPI, foi nefasta. Isso não devia existir. A investigação deve ser atribuição do Poder Judiciário. A Itália está dando o exemplo. Quem tem que apurar isso são os profissionais, que são os magistrados, ajudados pelo Ministério Público e pela polícia, que deve ficar sob o comando do magistrado. Aqui o Congresso resolveu desempenhar as funções do Judiciário, sem razão nenhuma para isso. E se atribuiu funções que se assemelham às do Poder Judiciário. No entanto, só tem funções investigatórias sem nenhum efeito prático. Eu acho até que isso é demagógico, serve para os parlamentares se autopromoverem na mídia. Muitas vezes com um certo corporativismo, fazendo com que os próprios parlamentares facilitem a impunidade. Há um desejo enorme de se promover.

O senhor recomendaria o modelo italiano para o Brasil?

Eu recomendaria. Acho que

devíamos estabelecer aqui aquilo que dá certo. O mundo todo está encantado com o que os magistrados italianos vêm fazendo.

Mas no Brasil esbarraria na imunidade parlamentar...

A imunidade parlamentar é um dos piores males que existem no Brasil. O Primeiro Mundo não adota isso. Na própria Itália os magistrados bateram tanto nisso que conseguiram acabar com a imunidade. Foi uma consequência da Operação Mãos Limpas. Eles lutaram muito. Porque na Itália houve grande resistência ao Parlamento. O Parlamento atrapalhou tanto, que agora, recentemente, eles fizeram um Código de Processo Penal tão ruim, que ninguém mais quer ser identificado como seu autor. Aqui, a Constituição Federal determina que, para se processar um parlamentar, peça-se autorização à Casa Legislativa a que ele pertence. Ocorre que a Casa Legislativa comumente nem responde ao Poder Judiciário se concede a licença. Não é dizer que nega. A Casa Legislativa nem responde. E essa imunidade, que é tão absurda, ela é estendida aos ministros de Estado, aos governadores e aos secretários de Estado em cada Estado da Federação. É realmente um absurdo. Nós temos de mudar isso imediatamente.

Há um caso recente...

Há, um governador de Estado (Ronaldo Cunha Lima, da Paraíba) dá um tiro na boca de um ex-governador (Tarcísio Burty) e não acontece nada. Não é nem processado porque ele tem imunidades.

“A IMUNIDADE PARLAMENTAR É UM DOS PIORES MALES QUE EXISTEM NO BRASIL”

E o presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena, ainda diz: “Olha, este homem fez bem por que não mandou outro fazer. Ele mesmo fez”. Isso é apologia do crime. Eu admito a imunidade, quando o parlamentar — e só o parlamentar —, no desempenho de suas atribuições e lá na Casa Legislativa der opiniões e apresentar votos. Mas fora disso, quando der suas opiniões, deve responder por elas como qualquer cidadão comum.

A questão da imunidade tem que ser resolvida pelos próprios congressistas. Isso não fica muito difícil? O senhor vê algum meio de se conseguir fazê-lo?

Eu vejo, porque já ouvi de bons parlamentares a opinião favorável de que se acabe com a imunidade. E nós, eleitores, devíamos fazer o seguinte: se eles não fizerem isso, não vamos vo-



Amorim: críticas às investigações feitas por parlamentares.

tar nessa gente. Temos a eleição agora. Temos uma arma poderosíssima na mão: não vamos elegê-los. Quem se acoberta na imunidade são exatamente aqueles políticos que praticam os delitos. Esses políticos querem a imunidade. Porque os bons parlamentares dizem: “Eu não preciso disso”.

“GOVERNADOR DÁ UM TIRO NA BOCA DE UM EX-GOVERNADOR E NÃO ACONTECE NADA, PORQUE ELE TEM IMUNIDADE.”

E quanto às leis? As nossas são boas ou ruins, comparadas com as italianas?

Os juizes italianos disseram-nos que a nossa Constituição dá um poder ao magistrado brasileiro que eles próprios não têm lá. A redação do artigo em que eles se fundaram para o procedimento, não é tão firme como a do nosso, que é o artigo 37, parágrafo 4, da Constituição de 1988. Ele diz: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. Com isso, os nossos magistrados estão em condições de terem um procedimento contra a corrupção.

Se o modelo italiano funcionasse no Brasil, qual seria o procedimento depois das acusações de José Carlos Alves dos Santos, o ex-diretor do Orçamento?

O Ministério Público, que na Itália também é exercido por magistrados (o promotor é um juiz de direito) entraria em ação. Faria uma investigação, com a polícia sob seu comando. Depois, com os elementos obtidos, faria a denúncia. E o juiz julgaria. No Brasil, as CPIs criaram um espírito de apuração, o que foi um grande benefício. Mas ao mesmo tempo causaram um prejuízo irreparável. Alertaram os culpados e estes tomaram logo as precauções: desapareceram com muitas provas e sumiram com os dólares, o que impede o ressarcimento. E até agora não houve nenhuma prisão. Nenhuma! O José Carlos está preso, mas por homicídio. O Congresso deveria se limitar a apreciar se o parlamentar desobedeceu à ética e se esteve agindo de acordo com o decoro. E aí, na mesma hora, cassar. Agora, está mais do que certo que aqueles parlamentares quebraram o decoro. Mas por que que o Congresso está procurando a matéria penal, criminal, se é atribuição do Judiciário? Eles são ama-

dores. Manda para lá, para o Judiciário.

Mas não é preciso mudar a Constituição para isso?

Não. Pelo contrário. Eles já deviam ter remetido isso. O que a CPI devia ter feito, logo no início, é: se encontrou alguma coisa, manda logo para que o Ministério Público possa denunciar e o Judiciário agir. Porque o Judiciário, sim, vai decretar a prisão de funcionários, empresários e outros. Acho também que errado esse privilégio de deputados serem julgados no Supremo Tribunal Federal. O Supremo deveria ser preservado para examinar a constitucionalidade das leis e para as outras atribuições que ele tem, de grande relevância para o País. E até quem sabe nós devíamos delegar tudo isso para os juizes de primeira instância, que são os homens habilitados.

No Brasil, há foro exclusivo, como a Justiça Militar, há prisão especial e outros privilégios. Na Itália também é assim?

Na Itália não tem nada disso. Não se justifica. E eu não sei para que Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça do Trabalho, Justiça Comum... Sabe o que acontece? Os conflitos de jurisdição: quem é o juiz competente? Aí os processos se instauram e ficam meses e meses, há recursos discutindo quem é o juiz que tem que julgar aquele caso. Há uma perda de tempo enorme e enquanto isso o processo fica prescrevendo. Acho que devia ser uma só Justiça. O privilégio que se estabelece no Brasil, de prisão especial, acho também errado.

“OS JUÍZES ITALIANOS CONSIDERAM QUE A CONSTITUIÇÃO DÁ UM PODER AO MAGISTRADO QUE ELES NÃO TÊM LÁ”

Aqui é raro determinados crimes de pessoas com um certo nível social não terem a prisão especial. E ficam na prisão especial, mesmo condenados, porque enquanto estão se processando os recursos eles cumprem a pena toda, lá na prisão especial.

Em um artigo recente, o senhor disse que o juiz tem um importante papel político. O juiz tem que assumir esse papel?

O artigo foi feito dias atrás, portanto antes de qualquer julgamento agora em evidência (como o de Fernando Collor no STF). Nele, digo que o magistrado tem uma função política, não é só um aplicador frio da lei. O que eu entendo é que o juiz tem um poder político de decisão. Todo o poder que o juiz tem emana do povo. Tenho certeza de que o Judiciário vai desempenhar o papel preponderante de reerguer a Nação.